

# Democracia e Educação no Brasil

Benício Schmidt

## Resumo

A consolidação da democracia depende da expansão da educação à população, em todos os níveis. O Brasil tem uma herança escravocrata, tendo a Abolição uma história recente. Também, desenvolveu tardiamente suas instituições educacionais. Conta, ainda, com uma das maiores desigualdades sociais do mundo. A democracia brasileira depende de políticas de inclusão social, tendo a educação como instrumento central. Recentemente os governos brasileiros têm feito enorme esforço de expandir a educação como direito social efetivo, que na margem ajudam a consolidar a democracia.

*Palavras chave:* Inclusão Social. Desenvolvimento. Educação.

## Abstract

### DEMOCRACY AND EDUCATION IN BRAZIL

The consolidation of democracy depends upon the expansion of educational status for all the population, at large. Brazil has a dramatic heritage based on slavery and on the highest level of unequal wealth distribution in the world. The Brazilian democracy has a perspective of success, as long as turns out to effective a policy of massive social inclusion. Political governments, in the last decades, have tried to implement education as a social right, therefore helping to consolidate democracy in the country.

*Key words:* Social inclusion. Development. Education.

Para a literatura hegemônica nas ciências sociais contemporâneas, a educação é assumida como campo estratégico para a concretização dos direitos individuais e sociais; bem como insumo insubstituível para a capacitação dos recursos humanos aptos a conviver com as demandas da sociedade do conhecimento.

Do ponto de vista das relações entre a educação e a política, hoje torna-se impossível conceber o exercício da cidadania plena sem o desfrute de um status educacional hábil o suficiente para permitir

a mobilidade social e o exercício dos direitos, na sua mais ampla concepção.

No caso do Brasil esta relação torna-se ainda mais dramática e significativa por algumas razões de ordem social e outras de ordem política. As de ordem social repousam sobre o fato do Brasil ser o campeão mundial da desigualdade social, possuir uma larga experiência escravista, e por ter sido um dos últimos países latino-americanos a construir suas próprias universidades.

Ou seja, o Brasil ressalta a perversa combinação de altas desigualdades sociais históricas e baixo desenvolvimento educacional. Na verdade, somente a partir dos anos 1980 que o país realmente despertou para a valorização massiva das conquistas educacionais necessárias para a habilitação coletiva ao mercado de trabalho compatível com uma sociedade com projetos industrial moderno.

Portanto, diferentemente da Argentina, por exemplo, a alfabetização efetiva da população brasileira, bem como a expansão significativa da população em idade universitária (19-25 anos) têm sido objeto de políticas nacionais relativamente recentes; cujos resultados começam a aparecer.

Deve ser ressaltado que, além de sua funcionalidade para o avanço do desenvolvimento econômico, a educação tem de ser encarada como meio de solidificar as bases de nosso sistema político-representativo, ainda em processo de solidificação. Educar é, deste ângulo, fortalecer a democracia como regime político no Brasil!

O Brasil desfruta, hoje, de um regime político democrático: eleições regulares para todos os níveis de governo, publicidade das decisões governamentais, ampla comunicação pública dos trabalhos do Legislativo, direitos de voto universal, garantia de direitos individuais e sociais, estrutura burocrático-estatal baseada na meritocracia e submetida à seleção de pessoal por concursos públicos. Uma democracia formalmente em efetivo funcionamento.

Todavia, o experimento democrático, em sua plenitude, tem ainda uma vida curta no Brasil. O processo de abertura política (1974-85) foi dos mais longos entre os regimes autoritários ao final do século 20, seja na América Latina, seja na Europa do Sul. Sua consolidação vem com a consagração da Constituição Federal de 1988, o marco mais avançado alcançado pelo povo brasileiro, em termos de direitos sociais, recursos em defesa da cidadania e de resistência frente as ações do Estado. Ainda que restem cerca de um terço dos artigos constitucionais fora da efetiva regulamentação legislativa, a democracia está instalada e em funcionamento no Brasil.

Esta questão não é trivial ou desprezível, uma vez que a democracia representativa sempre teve muitos obstáculos de ordem ideológica para sua afirmação no Brasil; bem como para sua ampliação para a consecução de uma Democracia Social compatível com a contemporaneidade.

A consideração da esfera política - *strictu sensu* - padeceu sob o crivo ideológico de teorias positivistas e até protofascistas, que alimentaram golpes de Estado, bem como movimentos autoritários que embasaram dolorosas experiências antidemocráticas, como a última ditadura militar (1964-1985). Outras fontes, provenientes das diversas matrizes marxistas também puseram o sistema democrático como subsidiário de outras esferas sociais, assim anulando a possibilidade de considerações estritamente políticas para a consolidação do regime político democrático. Correntes oriundas das várias vertentes marxistas, ainda que influenciando partidos políticos legalizados, mas orientados pela urgência da luta política por afirmações mais à esquerda do espectro político e econômico, nem sempre valorizaram os aspectos especificamente políticos do sistema social.

Os dois grandes blocos ideológicos acima referidos assumiram, sempre, que as soluções políticas seriam subprodutos das relações econômicas e sociais resultantes do sistema hegemônico em exercício.

No caso brasileiro, estas vertentes ideológicas sempre tiveram de se confrontar com uma cultura econômica dinâmica e voltada para o futuro, baseada em êxitos pujantes na industrialização e na ocupação do território nacional, especialmente por meio de uma rápida e massiva industrialização concentrada em megalópoles, fenômenos de proporções e velocidade não experimentadas por muitos países desenvolvidos.

Isto ajuda a entender que, por anos a fio nas últimas duas décadas, em pesquisas de opinião pública sobre o valor da democracia, o povo brasileiro se apresenta como cético sobre a possibilidade de uma democracia eficaz e representativa no país. Usualmente, o Brasil está entre os países que menos valorizam, em todo o espectro social, o valor da democracia como tal<sup>1</sup>.

Seguramente, há razões para esta resistência à consideração do sistema político-representativo democrático como tal, além das orientações ideológicas das duas matrizes mencionadas. Do ponto de partida do metabolismo social brasileiro, uma das razões fundantes do menosprezo pela questão está na constatação da desigualdade social que faz do Brasil campeão mundial na área. Tendo sido o último país a livrar-se da escravidão nas Américas, o país nunca conseguiu enfrentar decisivamente o desafio da inclusão social, a não ser nas últimas duas décadas, de maneira efetiva.

Diante de tamanha inércia frente à pobreza e suas discriminações resultantes – como no acesso à educação, saúde, equipamentos públicos, por exemplo – os habitantes e os atores políticos mais relevantes, ostensiva ou subliminarmente, não conferiram às considerações de ordem político-institucionais o valor devido. Diferentemente de outros países, a política não foi encarada como conjunto de meios que permitiria o avanço social do regime político. Este salto é recente e marca o aprofundamento da democracia participativa no país, marcadamente nos últimos anos, com a criação de inúmeros Conselhos e órgãos que incorporam a vontade popular, além da representação política formal.

Neste quadro estão incluídas novas estratégias e mobilização de recursos que visam diretamente o ataque à miséria, à falta de proteção social e incentivo ao empreendedorismo<sup>2</sup>.

O caráter mais recente da instauração de políticas de ataque direto a situações de pobreza e miséria, raízes da enorme desigualdade social e econômica no país, exigiu uma mudança no efetivo posicionamento do Estado frente ao mercado, em toda sua extensão e alcance. As crises de natureza econômica e financeira – anos 1980-90 – chamada “década perdida” impuseram a hegemonia de políticas de ajuste estrutural que visavam combater a enorme dívida pública dos Estados periféricos, relativa paralisia governamental e altos níveis de inflação.

Situações que, especialmente na Ásia e América Latina, foram alvo do chamado *Neoliberalismo*, conjunto de medidas baseadas na tentativa de um ajuste estrutural, com vistas ao disciplinamento

fiscal do Estado. Isso implicou, entre outras dimensões, um recuo dos investimentos públicos básicos, privatizações e um maior grau de liberalização dos mercados de capitais nacionais para favorecer a absorção dos capitáveis voláteis internacionais.

Ou seja, monitorados por instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, os Estados Nacionais tiveram de redefinir a operação de algumas de suas funções básicas :

- (a) investidor produtivo direto;
- (b) absorvedor de deseconomias em escala geradas pelo funcionamento do próprio mercado;
- (c) regulador;
- (d) agente socializador de contingentes da população para habilitação ao mercado de trabalho<sup>3</sup>.

Ao redor do eixo do *ajuste estrutural*, tentado pelos diversos Estados na perspectiva de sobrevivência na nova ordem mundial emergente, tudo foi assentado na diminuição sensível no tamanho do Estado, não necessariamente no seu poder de intervenção e tendo como umbral o aumento da capacidade de competição dos vários fatores envolvidos.

O ajuste estrutural implicou na superação histórica do modelo keynesiano, estuário onde repousou todo ideário populista-desenvolvimentista, a partir dos anos 1950. As facetas deste movimento de ajuste da gestão estatal, em busca do equilíbrio fiscal e monetário, são fartamente conhecidas por meio de seus axiomas mais vulgarizados: privatização, abertura de mercados financeiros, terceirização das operações governamentais, etc.

Estas dimensões deram concretude a um amplo movimento de “Reforma do Estado”, como um recurso aproximativo das várias tentativas de adaptar a ordem política e administrativa nacional aos desígnios dos condicionantes internacionais.

Independente do quase-conceito que se use, fica reforçada a noção de que ele é um marco divisório entre duas eras da expansão capitalista contemporânea. O ajuste estrutural veio para

compor uma referência histórica, por várias razões. Algumas dizem respeito à própria lógica interna do regime de acumulação, buscando-se a austeridade fiscal e monetária como modo de contornar os impedimentos à integração mundial por meio da submissão à estrutura financeira internacional, com seus capitais móveis e extremamente voláteis.

Outras razões foram conectadas à necessidade de expansão da representação política. Dificuldades em compor uma associação entre *democracia* e *liberalismo econômico*, em ambiente de grande pressão por participação popular e luta contra as históricas oligarquias e seus partidos. O coração do dilema neoliberal. Ao longo do processo de ajuste estrutural, foi também expandida à franquia democrática, efetivamente.

De outro lado, solidifica-se a tendência ao adensamento de fatores tecnológicos na produção de bens e serviços em escalas multinacionais. Com ou sem a participação estatal, a produção industrial e o setor de serviços, bem como o incremento do comércio internacional de *commodities*, demarcam uma nova era de internacionalização das relações econômicas. Estava instaurada a definitiva globalização; com isto afastando a possibilidade histórica de uma volta à autarquização econômica.

Daí por diante, pressões por aumento das franquias políticas, participação popular nos programas públicos e globalização econômica compõem uma nova unidade a ser administrada pelos Estados no seu encurralamento financeiro e em plena crise gestonária.

Outrossim, as condições de exercício da cidadania contemporânea dependem do desenvolvimento peculiar dos atuais sistemas produtivos e de seus respectivos graus de cooperação e antagonismo, mas seu caráter essencial é de natureza política. Portanto, a recuperação do subsistema social e do subsistema político, antecedem à recuperação do subsistema econômico no processo de constituição da cidadania. Daí que as premissas que sustentam a democracia contemporânea, como possibilidade alternativa aos vários totalitarismos e integristas possíveis, estão centradas nas dimensões:

- (a) a disciplina do social;
- (b) a garantia da reprodução social pelo aprofundamento da cidadania.

A extensão da cidadania (conjunto de recursos materiais e de direitos disponíveis ao homem em sociedade) depende de decisões pertinentes a sistemas nacionais, regionalmente localizados. Em contraste, o sistema internacional passa a ser composto por vetores tecnológicos e pela marcante velocidade e volatilidade do capital. O sistema capitalista adquire uma dimensão global e torna vulnerável a sobrevivência da “política”, tal como tem sido entendida, submetida a decisões nacionais e reguladas. A desvalorização da política corresponderia à perda de autonomia nacional dos Estados<sup>4</sup>.

A tese da *desvalorização da política* tem sido desmentida pelos fatos, da Primavera Árabe aos movimentos de rua da América Latina, recentemente. Mais do que a política-em-si, o notável é a superação dos canais formais de representação, como os partidos políticos. Não gratuitamente, plataformas de reformas políticas surgem em todo o globo com crescente intensidade. Essa tendência tem convivido com a consagração da democracia representativa, como forma mais efetiva de organização delegativa de poder político aos dirigentes do Estado.

De outro lado, as transformações oriundas da globalização são imensas e multifacetadas. No que concerne ao âmbito das relações que regulam a cidadania é possível traçar algumas hipóteses sobre o futuro:

- a) Ao enfraquecimento relativo do Estado Nacional corresponde um aumento da violência sistêmica, oriunda de pressões internas e externas ao organismo político soberano;
- b) Por decorrência, aumenta a privatização da esfera pública devido à ascensão do poder de pressão dos grupos de interesse de toda e qualquer natureza, inclusive do crime organizado, favorecendo ao aumento dos ilícitos criminais e financeiros, o que acarreta aumento dos custos de transação a partir de ações estatais visando controle e regulação;
- c) A globalização tende a aumentar as desigualdades sociais, por meio de diversos níveis

de integração econômica e social de empresas monopolistas e interesses concentracionistas, assim gerando, esporádica e localizadamente, desemprego, anomia e crescentes índices de obsolescência construída;

d) Além dos clássicos conflitos de classe (capital x trabalho), a globalização universaliza conflitos de natureza cultural, étnica e religiosa, que passam a merecer atenção especial, seja dos Estados, seja das Agências Multilaterais específicas.

Esse conjunto de processos marca a transição mundial de hoje e neste quadro os direitos de cidadania exigem permanentes redefinições operativas, com vistas a submeter-se o conceito à categoria fundante : *a igualdade entre os homens*.

Assim, a adoção do ente MERCADO ao nível global, como novo mito unificador de vontades e pulsões, implica necessariamente a desestruturação de formas arraigadas de proteção e solidariedade social, por exemplo. Assim, o equilíbrio entre as funções compensatórias e reguladoras do Estado é essencial. Aparentemente, só as sociedades que contenham um Estado Social e Democrático desta ordem sobreviverão aos dilemas dos novos tempos.

O equilíbrio está na construção e gestão do Estado de forma participativa, fornecendo proteção (compensação social e econômica) e disciplina (regulação). Ou seja, o Estado tem de assumir um caráter neocorporativo: a participação popular nos processos decisórios se dá diretamente, mas de modo raro; na verdade, o mais frequente é haver participação por meio de suas corporações sociais representativas (igrejas, sindicatos, associações civis de fins filantrópicos, corporações empresariais, etc.).

Interessante que, após a crise dos anos 1980-90, como reação aos dissabores gerados pela adoção de políticas neoliberais, até instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial aderiram a este modelo de participacionismo neocorporativo.

No Brasil estas orientações tiveram grande repercussão, desde o período dos governos de Fernando Henrique Cardoso, como, por exemplo, na adoção do Programa Bolsa Escola, depois ampliado e consolidado pelo governo de Lula da

Silva, sob o nome de Programa Bolsa Família. No caso do período de Lula da Silva, a participação social foi enormemente expandida para várias esferas de atuação do Estado. Uma forma de legitimar a ação do Estado e manter os controles públicos funcionando, sob o regime político democrático-representativo.

Ou seja, a globalização econômica trouxe consigo a internacionalização efetiva das relações sociais, redefiniu as pressões e as direções de programas de segurança militar; e, pelos efeitos instáveis e frequentemente negativos socialmente, por meio da concentração de renda e flutuações sistêmicas dos mercados produtivos e financeiros, provocou alterações na própria essência do sistema democrático-representativo, como seu umbral político mais vistoso e universalmente difundido.<sup>5</sup>

Sendo isso verdade para a democracia, como regime de representação da vontade e dos interesses dos cidadãos, organizados em corporações ou não, torna-se importante sublinhar estas transformações e não imaginar que ainda estejamos no Iluminismo que desembocou politicamente nas Revoluções Norte-Americana e Francesa. O indivíduo atomizado, o eleitor clássico, não é somente um agente no momento eleitoral das consultas, mas um ente sujeito às decorrências de enormes e geralmente desconhecidas modificações na própria essência do que se conhece como *democracia*.

Uma demonstração desta complexificação da política está no crescente uso dos recursos de *análise do discurso* no campo, uma vez que para se fazer entender os protagonistas usam cada vez mais as metáforas da realidade, em vez de uma descrição empiricista pura, com vistas ao estabelecimento da convivência e da disputa pela hegemonia da própria política.

De certa forma, o mesmo ocorre no campo da economia, quando a partir do século 20 sistemas econômicos que combinam todas as inovações institucionais resultantes da evolução, iniciadas no século 13 (títulos da dívida governamental e ações privadas no mercado financeiro público) com o objetivo de produzir benefícios derivados do comércio e da securitização dos preços das mercadorias.



As economias, pois, que combinam inovações (bancos, mercado de ações, bônus e letras de comércio, seguros e propriedade assegurada) com a democracia têm melhores performances de longo prazo do que as economias que não fizeram esta combinação de fatores e entidades. O argumento central está em que a intermediação financeira geralmente permite uma alocação mais eficiente dos recursos do que, exemplarmente, o feudalismo ou o planejamento central.

Daí talvez não seja surpreendente que o modelo ocidental tenha sido acolhido mundo afora, apesar das agruras e contradições internas, primeiramente como *Imperialismo*, depois como *Globalização*. Este processo, aparentemente inexorável, simbolizado pela demanda de *dinheiro*, tem sido um grande elemento de progresso e modernização, baseados em um complexo processo de inovações, intermediação e integração que tem sido vital para o desenvolvimento da ciência e para o estabelecimento do *direito*, na luta contra as economias agrárias de subsistência e de suas misérias pertinentes.

Isso não implica que ter o subsistema financeiro como ordenador geral de última instância seja, ou tenha sido, um processo de construção suave e pacífico. Suas alternativas também não têm sido, todavia.

Interessante notar, aqui, que as teses de Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lênin, bem como de Rosa de Luxemburgo (séculos 19 e 20), nos albores do socialismo, sobre a inexorável financeirização do Capital, desenvolvimento das sociedades por ações e a substituição do governo sobre os homens pelo governo sobre as coisas, encontrem respaldo empírico nos estudos de notáveis autores contemporâneos no campo da economia política e da história das relações monetárias e suas instituições.<sup>6</sup>

Em outras palavras, é forçoso reconhecer que a expansão do Capitalismo atingiu o seu ápice previsto, inclusive pelos seus maiores críticos. O desafio maior, desta forma, passa a ser a sobrevivência do homem-cidadão nesta ordem.

Retornando à argumentação sobre a própria *democracia*, como tal, é crucial reconhecer a importância dos valores, como elementos

adjudicados à essência ética e moral do homem em sociedade. Neste particular, a contribuição dos estudos de *Cultura Política* são fundamentais para o entendimento de mudanças de comportamento efetivo e atitudes com ressonância política, em todo o globo.

Para isso, deve ser ressaltado, por exemplo, o *World ValueSurvey (WVS)*, uma pesquisa (tipo *survey*), coordenada por Ronald Inglehart (Estados Unidos) e Christian Welzel (Alemanha), desde 1977, em baterias de pesquisas nacionais, a cada dois anos, dedicada à identificação de adoção de valores de toda a natureza, abrangendo cerca de 95 (noventa e cinco) países.

São feitas pesquisas amostrais, com perguntas explorando as relações entre as mudanças socioculturais, as condições materiais e o respectivo comportamento político. Contabilizado o montante das populações amostradas, há dados sobre cerca de 85% da população urbana mundial. O ponto de partida do projeto é que o mundo tem experimentado uma progressiva mudança cultural nas últimas décadas, manifestada muitas vezes de modo invisível, porém constante. Essas mudanças seriam o resultado da modernização, implicando a existência de uma relação tensa entre valores tradicionais e modernos, existentes, em maior ou menor grau, em todas as sociedades.

A teoria que informa o Projeto WVS repousa em hipóteses advindas da moderna pesquisa em ciências sociais comparadas, oriundas dos estudos sobre as mudanças de valores, aos quais as populações nacionais aderem no âmbito das relações de desenvolvimento socioeconômico, quando mercados em expansão e o correlato processo de mobilização social diferenciam e adensam as atividades humanas, tanto ao nível da atividade econômica quanto ao nível das relações sociais estritamente.

Crescente aumento da riqueza global, crescente acumulação de capital social emanado do próprio processo de intensificação das relações sociais trazem, por decorrência, enormes impactos sobre as instituições e sobre os regimes de regulação. Esses processos fortalecem as relações de trocas horizontais, enfraquecendo as relações verticais de autoridade. Isso porque as etapas que

historicamente antecipam o processo de modernização estão baseadas em rígidas relações de autoridade, que restringem a autonomia humana necessária para a continuidade da mudança social, em termos permanentes<sup>7</sup>.

Os novos padrões valorativos, enraizados na ampla e profunda modernização socioeconômica, são sintetizados como uma *mudança emancipatória de valores*: emergência de valores cívicos, modernidade individual, valores pós-materialistas, valores liberais, valores antropocêntricos e valores de auto-expressão.

Este amplo processo de mudanças tem envolvido, também, as instituições políticas da sociedade. Assim, a relação entre desenvolvimento, cultura e política tem motivado uma intensa e ampla literatura sobre as tendências à democratização em escala mundial, compondo um conjunto de requisitos para a continuidade de processo de mudança com a pertinente garantia dos direitos, sejam individuais, sociais ou contratuais.

As predições da teoria nem sempre se confirmam empiricamente no Projeto WVS, ao construir explicações para os complexos processos sociais que envolvem a mudança cultural. Enquanto a *Teoria da Modernização* sugere que o desenvolvimento socioeconômico tem poderoso impacto sobre os valores, o WVS sublinha que há um papel relevante para a herança cultural de cada sociedade na formação de crenças e motivações, em particular as tradições religiosas e a história anterior à autonomia das unidades nacionais, ou seja, antes da formação do Estado-Nação.

O Projeto WVS apresenta um novo enfoque sobre as mudanças havidas no mundo, especialmente a partir do contexto da Guerra Fria, tendo uma visão amplamente apoiada em dados empíricos que percebem as transformações políticas, sociais e culturais, consolidando assim fortes séries históricas de informações.

Enquanto Huntington define e explica mudanças no cenário internacional a partir do ressurgimento – com toda a intensidade – de antigas configurações civilizacionais abafadas pelo confronto ideológico observado ao longo do século 20, Inglehart e seu grupo de pesquisadores associam as mudanças a um processo de

modernização que traz consigo tensões entre valores tradicionais e modernos<sup>8</sup>.

Para o Projeto WVS, as mudanças culturais que estão em curso em várias sociedades estão atreladas aos processos de desenvolvimento socioeconômico, mesmo que não dependam exclusivamente deste tipo de processo para ocorrer. Como demonstram no Projeto, há mudanças na direção prevista em praticamente todas as sociedades de alta renda média, mas não em sociedades de baixa renda média. Há, portanto, um tipo de associação empiricamente demonstrada entre aumento de renda e mudanças de valores, afetando gerações que cresceram com os níveis mais elevados de segurança existencial.

Estas transformações são parte da mudança de metas de indivíduos em sociedades industrializadas, o que caracteriza o pós-materialismo. Como as necessidades materiais são imediatamente cruciais para a sobrevivência, quando seu suprimento é escasso elas tendem a assumir maior relevância dos que as necessidades pós-materiais<sup>9</sup>.

A participação de uma sociedade em uma zona cultural parece especialmente importante na conformação dos valores tradicionais, em contraste com os valores seculares e racionais, profundamente enraizados em fatores históricos há muito estabelecidos - sobretudo devido ao pertencimento original à uma determinada sociedade. O desenvolvimento socioeconômico provoca mudança nos padrões valorativos adotados pelos indivíduos, dependendo do tipo de sociedade.

Nesta própria divisão, analogamente ao que outros internacionalistas propõem, existiria uma nova forma possível de exercer-se uma classificação dos países. Para estes, essa classificação se daria com base, sobretudo, no exercício do poder nos campos político e econômico em uma lógica relacional, segundo a qual a própria definição de “segundo mundo” não é uma caracterização isolada, apenas podendo ser devidamente compreendida em uma engrenagem em que o “primeiro” e o “terceiro mundo” (os “emergentes” de agora) estejam colocados. O que é mais abrangente, pois, para a classificação internacional não se dá com base em critérios

econômicos, porém a centralidade de determinados valores nas relações sociais que definem a própria sociedade contemporânea; sendo que nas sociedades mais pobres se assumem valores tradicionais com base na necessidade de sobrevivência material.

As transformações internacionais e a centralidade da educação, como meio de integração a este novo contexto, têm dois condicionantes: a *multipolaridade* e o *caráter multicivilizacional*.

A MULTIPOLARIDADE diz respeito à diversificação, à descentralização dos poderes imperiais e está relacionado ao fim da Guerra Fria. O CARÁTER MULTICIVILIZACIONAL se expressa no conflito pervasivo entre diferentes concepções das relações entre Estado-Sociedade, e que afetam as visões finalísticas aplicadas ao próprio conceito de *desenvolvimento*.

Diferentes culturas, com diferentes valores, têm posições diversas sobre o significado essencial do que seja *desenvolvimento e crescimento econômico*, como é sabido. São fatores de ordem mundial, matizando a aparente homogeneidade gerada pela globalização. Ao contrário, diversificadas éticas e preferências valorativas são necessariamente convocadas à convivência mundial, inexoravelmente, pela primeira vez na História!

Neste quadro de profundas transformações, da economia à política e às relações sociais e seus valores, com ênfase crescente à emergência de valores pós-materialistas (liberdade individual, autonomia de escolhas, construção de carreiras não-tradicionais), como se comporta o Estado brasileiro na esfera educacional?

A democracia política e a difusão do valor educacional são relativamente recentes manifestações brasileiras. Na verdade, em termos relativos, o país se encontra atrasado inclusive frente a seus parceiros latino-americanos. Este atraso histórico, acima aludidas suas causas, tem sido objeto de políticas públicas muito ousadas. Elas buscam ampliar o acesso da população à educação, nos seus múltiplos módulos – do ensino técnico e profissional ao nível superior acadêmico *strictu sensu*. Ao mesmo tempo, seguindo uma tradição brasileira, com duração menor do que um mero século - o país faz um hercúleo esforço para implementar uma política

de intercâmbio educacional, por meio do *Programa Ciência Sem Fronteiras*.

Na oferta de um ensino técnico-profissional, o Ministério de Educação criou o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), com oferta ampla de cursos de educação profissional e tecnologia, antiga reivindicação do mercado e das empresas envolvidas em grandes projetos, especialmente nas áreas de petróleo e gás e infraestrutura, de modo geral.

Igualmente, com esta finalidade, tem havido uma grande mobilização e investimentos nos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), presentes em todas as unidades da federação. Com isto, amplia-se a presença do Estado no cenário da formação básica e instrumental para o desenvolvimento e indústrias estratégicas na cadeia produtiva.

Todavia, para efeitos deste artigo, serão oferecidos destaques à expansão do ensino superior e à implantação do *Programa Ciência Sem Fronteiras*, visando à exposição dos estudantes brasileiros ao intercâmbio com renomadas instituições universitárias em todo o mundo.

Em relação à expansão do ensino superior, o último censo do setor (2012) revela um aumento expressivo de 62% das matrículas e de 14,8% dos formandos nos cursos de Engenharia, período 2009-12, em todas as universidades do país (56.492 engenheiros formados em 2009, 74.539 em 2012). Nas Engenharias houve o maior crescimento das matrículas, em relação a 2011 (12% dos cursos), atendendo à demanda assumida pelo mercado. Grandes projetos governamentais sustentam a expectativa sobre os cursos de engenharia, afora o fato de que os engenheiros configuram uma mão-de-obra qualificada para muitos setores carentes da economia nacional. Incluindo setores da administração, pública e privada.

O governo tem como meta, Plano Nacional de Educação (PNE), matricular 33% da faixa etária entre 18 a 24 anos na universidade e 50% com mais de 24 anos, nos próximos dez anos. Hoje, as matrículas correspondem, respectivamente, a 15% e 26%.

Hoje, há 7.037.688 matrículas (Censo do Ensino Superior 2012), um acréscimo de 4,4% em relação



a 2011. Somados à pós-graduação, chega-se ao total de 7.261.801 estudantes matriculados. O setor privado tem 73% das matrículas, tendo crescido 3,0% contra 7,0% do setor público. A educação a distância cresceu 12%, contra 3,1% da presencial; com participação de 15% no total da oferta de educação superior do Brasil<sup>10</sup>.

Portanto, a democratização da educação superior brasileira tem sido um poderoso programa de expansão efetiva da cidadania e recentemente baseado na reorientação das prioridades para ascendentes matrículas nas carentes engenharias, em contraposição às tradicionais carreiras de direito, administração e pedagogia.

Em dezembro de 2011 foi lançado o *Programa Ciência sem Fronteiras*. Até agora (outubro 2013), foram concedidas 53.552 bolsas de estudos; tendo o governo concedido 49.952 bolsas, enquanto o setor privado arcou com 3.600. A meta global do programa é atingir 101.000 bolsas até 2015; 75 mil pelo setor público (CAPES e CNPq) e 26 mil financiadas por empresas. Estas principalmente em áreas dedicadas às engenharias e à produção, em geral. O governo cumpriu 65% de suas metas; enquanto o setor privado atingiu apenas 14% delas. Diante deste fato, o Ministro de Educação, Aloizio Mercadante, incluiu o mestrado profissional no Programa, até agora contemplando apenas graduação e três categorias de doutorado. Uma das razões para o baixo engajamento de empresas conveniadas, como a Companhia Vale do Rio Doce, é o alegado aumento dos custos de matrículas no Exterior, a partir da desvalorização da moeda brasileira, recentemente. Pela regras do programa, as empresas têm o direito de escolher as áreas de estudo, repassando o valor da bolsa a CAPES e ao CNPq, que efetivam a matrícula e supervisionam o estágio acadêmico.

A maior associação com o setor privado é o realizado com a Febraban (Federação Brasileira dos Bancos), com a meta global de 6,5 mil bolsas, tendo até agora sido financiadas 650 bolsas. Em

um ano e meio de parceria a Petrobrás financiou 1.160 bolsas (955 de graduação, 108 de doutorado e 97 de doutorado pleno), com o compromisso de chegar até 5.000 bolsas nas diversas modalidades. A Eletrobrás cumpriu apenas 14% da meta, 2.550 bolsas. Distintamente das demais empresas, a Eletrobrás abrirá vagas a seus funcionários, com 300 bolsas exclusivas.

Até o momento, foram concedidas 43.184 bolsas de graduação; 5.155 de doutorado; 3.146 de pós-doutorado; 1.136 de doutorado pleno e 751 para jovens talentos e pesquisadores. As áreas cobertas são, respectivamente: engenharia e áreas tecnológicas (42%); biologia e ciências da saúde (20%); computação e tecnologia da informação (6%); produção agrícola (4%); farmácia (2%); energias renováveis (1%); petróleo, gás e carvão mineral (1%) e demais áreas (24%).

De outro lado, é importante notar a diversificação nacional dos destinos dos bolsistas: Estados Unidos (16.571), Canadá (5.133), França (4.795), Reino Unido (4.443), Alemanha (3.901), Austrália (3.351), Portugal (3.191), Espanha (3.075), Itália (2.271), Hungria (1710), Demais países (5.111)<sup>11</sup>.

Este programa busca internacionalizar o parque acadêmico brasileiro. Mesmo em períodos de curta duração, a exposição dos estudantes e pesquisadores brasileiros é vital para a sensibilização aos avanços internacionais da ciência, da inovação e dos métodos de administração do próprio conhecimento.

Assim sendo, com as notificações sobre o caráter essencial da educação como vetor de integração democrática, com os comentários sobre as próprias mudanças absorvidas pelos sistemas democráticos – sob pesada influência de um movimento de globalização jamais experimentado na História – é visível a constatação de que o Brasil tem avançado no processo de ampliação da oferta de ensino superior, ao mesmo tempo em que tem assumido uma posição a favor da exposição de seus estudantes e pesquisadores à ciência fora de suas fronteiras. Um ciclo virtuoso ■

## Notas

<sup>1</sup> Sobre a longa transição, Linz, Juan & Stepan, Alfred (1999), *A Transição e a Consolidação da Democracia* (S. Paulo: Paz e Terra). Sobre as agruras ideológicas para a consolidação de valores democráticos, Lamounier, Bolívar (2005), *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira* (S. Paulo: Augurium).

<sup>2</sup> Werthein, Jorge & Noletto, Marlova (2003),

*Pobreza e Desigualdade no Brasil* (Brasília: UNESCO). Borba, Julian & Ribeiro, Ednaldo A., “Orçamento participativo e cultura política: explorando as relações entre inovação institucional, valores e atitudes políticas”, *Política & Sociedade* (Vol. 11, pp. 13-44, 2012). Castro, Henrique de; Walter, Maria Inez; Santana, C.M.B.; Stephanou, M.C., “Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira”, *Opinião Pública* (Vol. 15, pp. 333-355, 2009).

<sup>3</sup> Na verdade, *ajuste estrutural* é um constructo de natureza metodológica e funcional, a indicar o fim de uma era de expansão da atividade estatal como provedora e indutora do crescimento econômico, por meio do controle de políticas fiscais e expansão do crédito. Este ajuste assume, na América Latina, uma face dramática configurada pela luta e ampla contra a inflação. Na Europa é focado no déficit das contas públicas, balizado pela União Europeia pelo patamar de 3% sobre o PIB de cada país.

<sup>4</sup> Becker, U. (1997)- *The Reinvention of Politics- rethinking modernity in the global social order* (Cambridge: Polity Press); Both, D. (1994)- *Marxism and Development – sociology interpreting the impasse* (World Development, n. 13).

<sup>5</sup> Reich, Robert (2008)- *Supercapitalismo- como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano* (Rio de Janeiro: Campus-Elsevier).

<sup>6</sup> Ferguson, Niall (2009)- *The Ascent of Money: a financial history of the world* (London: Penguin Books).

<sup>7</sup> Dworkin, Ronald (1988)- *The Theory and Practice of Autonomy* (Cambridge: Cambridge University Press).

<sup>8</sup> Huntington, Samuel (1997) – *O Choque de Civilizações* (Rio de Janeiro: Objetiva), teses também assumidas por autores com posições contrárias ao Autor, ver Arrighi, G. & Silver, B. (2001) – *Caos e Governabilidade* (Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ).

<sup>9</sup> Inglehart, Ronald & Welzel, Christian (2009) – *Modernização, Mudança Cultural e Democracia* (S. Paulo/Brasília: Editora Francis), com os destaques do prefácio para a edição brasileira (Castro, Henrique de & Schmidt, Benício).

<sup>10</sup> Curi, Luiz R.L., Carta de Brasília (I, n.27, outubro 2013).

<sup>11</sup> Fonte: Ministério de Educação, atualizado em 03/09/2013.

## Benício Schmidt

Doutor em Ciência Política pela Stanford University; Professor Titular aposentado da Universidade de Brasília, ex- professor das universidades federais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e autor de “O Estado e a Política Urbana no Brasil”, entre outras obras sobre teoria social, Estado e políticas públicas no Brasil. Foi Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e coordenador de Cooperação da CAPES. Hoje é editor e consultor.